

História e extraterritorialidade do complexo cafeeiro capixaba: uma proposta de interpretação.

Rogério Naques Faleiros*

Resumo

Este artigo objetiva uma melhor qualificação da noção de “complexo econômico cafeeiro”, desenvolvido no âmbito da Escola de Campinas, notadamente por Wilson Cano, vislumbrando o entendimento sobre a especificidade da formação econômica do Espírito Santo. Argumenta-se que ocorreu, no passado, uma especialização relativa ao nível da produção, sendo que as atividades mais rentáveis ligadas ao crédito, classificação dos grãos, exportação e comercialização foram concentradas pelas elites mercantis do Rio de Janeiro e da Zona da Mata mineira, notadamente de Juiz de Fora. Na sequência apresentam-se algumas tentativas da elite capixaba visando a “territorialização” desta formação econômica, ou seja, a submissão do movimento da acumulação de capitais, no âmbito da economia cafeeira, à elite local. A noção de territorialidade aqui apresentada revela o intento da elite capixaba em dominar as diferentes regiões do estado a partir de: a) tentativa de desbancar a elite fluminense; b) controlar o avanço da fronteira agrícola sobre os desertos demográficos ao norte; c) centralizar a distribuição de bens, serviços e créditos no estado a partir de Vitória e d) estabelecer conexão direta entre a capital capixaba e o comércio internacional, viabilizando a construção de um dos principais portos cafeeiros do mundo. A noção de territorialidade envolve também o estabelecimento de nexos políticos, de monopólio da violência e de tributação em regiões até então “desterritorializadas”, ou seja, não tocadas pela acumulação capitalista. Nestes termos, a trajetória do desenvolvimento da cafeicultura no estado ocorre simultaneamente a uma estratégia de constituição de uma formação econômica que dê vazão aos interesses de uma elite marginal no cenário nacional, que opera uma instrumentalização do estado com vista à realização de seus desígnios.

Palavras-Chave

Complexo Cafeeiro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Extraterritorialidade.

Abstract

This article aims to a better qualification of the notion of "complexo econômico cafeeiro", developed within the school of Campinas, notably by Wilson Cano, aiming the understanding of the specificity of the Espírito Santo State. It is argued that occurred in the past, a specialization on the level of production, and most profitable activities related to credit, classification of grains, export and marketing were concentrated market élites of Rio de Janeiro and Minas Gerais, notably Juiz de Fora. Following, we present some capixaba's elite attempts to "territorialização" of this own economy, i.e. submit the movement of the accumulation of capital in the context of the local elite coffee economy. The notion of territoriality presented here reveals the intent of capixaba's elite in mastering the various regions of this State from: a) attempt to unseat the fluminense's elite; b) control the advancement of agricultural frontier about the demographic deserts North; c) centralize distribution of goods, services and State credits from Vitória and d) establishing direct connection between the Vitória and international trade, enabling the construction of one of the main ports in coffee in the world. The notion of territoriality also involves the establishment of linkages between political monopoly of violence and taxation in regions until then "desterritorializadas", i.e. not touched by the capitalist accumulation. Accordingly, the trajectory of development of coffee in the state occurs simultaneously to a strategy of an economy that give vent to the interests of an elite marginal on the national scene, which operates a utilitarian view of the State to pursue their designs.

Keywords

Coffee economy, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Extraterritoriality.

* Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo e do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas/UFES.

1 - Introdução: a noção de complexo cafeeiro

Em “Raízes da concentração industrial em São Paulo”, livro cuja primeira edição foi lançada em 1977, Wilson Cano assim formulou a noção de complexo econômico: “Quando se tenta compreender o processo dinâmico de crescimento de uma economia, torna-se absolutamente necessário analisar que partes principais a compõem, como atua cada uma delas nesse processo de crescimento, e que graus e tipos de inter-relacionamento entre elas possibilitam o surgimento de um conjunto econômico integrado. A esse conjunto de atividades sobre o qual atua certo número de variáveis independentes ou não ao conjunto creio que se possa chamar de complexo econômico” (CANO: 1998, 29). Evidentemente, nesta obra, a noção de complexo econômico surgiu ligada ao entendimento do singular dinamismo paulista a partir da segunda metade do século XIX, dinamismo este amparado em algumas características desta formação econômica, quais sejam: a) relações capitalistas de produção; b) um mercado interno crescente; c) uma pujante agricultura mercantil de alimentos. Estas características redundaram na mais profunda experiência de industrialização verificada na América Latina.

A combinação destes fatores ocorreu predominantemente e mais extensivamente no complexo cafeeiro sediado em São Paulo. Orientada a partir da capital, a acumulação abraçou toda a região do chamado “Oeste Paulista”, sendo este o espaço de predileção para o avanço da fronteira agrícola e dos principais investimentos e melhorias. Na verdade, ocorrera uma espécie de vazamento da atividade nuclear, o café, para um conjunto de atividades integradas entre si: comércio de exportação e importação, transporte ferroviário, produção de alimentos, ensacamento, beneficiamento, constituição de uma infraestrutura urbana, financiamento, enfim, todas as atividades necessárias à produção e comercialização do café, nucleadas pela produção cafeeira e que se incrementaram mutuamente, reforçando o ritmo da acumulação. Nestes termos, os efeitos dinâmicos desta atividade redundaram em industrialização.

Voltada inicialmente ao setor de bens de consumo não duráveis e alimentícios, as demandas encadeadas avançaram rumo ao desenvolvimento de um setor produtor de bens de capitais, sendo que, a partir daí, a dinâmica econômica nacional teria sido supostamente endogeneizada. Dado o caráter espacialmente desequilibrado deste processo, verificar-se-ia, deste então, desigualdades regionais crescentes, daí se estabelecendo, nas palavras do autor: “uma relação de forte predominância do complexo econômico paulista sobre as demais regiões do país, imprimindo-lhes, em grande medida, uma relação comercial de centro-periferia” (CANO: 1998, p. 25).

O ponto é que a história do complexo cafeeiro paulista se confunde com a própria transição capitalista no Brasil. Parece residir aí uma fundamental diferença em relação aos complexos econômicos pretéritos existentes no espaço nacional, uma vez que operavam sob relações escravistas, sendo os efeitos dinamizadores, do ponto de vista da acumulação e da correlata criação do mercado interno, pouco significativos. Não por acaso Cano, nesta obra, traça uma comparação entre o

complexo econômico cafeeiro paulista e demais formações regionais, buscando, no assalariamento, ou em relações que tendiam para isso, o fundamento qualitativamente diferenciado em relação às outras regiões. Segundo o autor não se verificou no restante do país uma articulação entre os componentes do complexo econômico que redundasse nos seguintes desdobramentos: a) a atividade produtora de café (atividade nuclear), b) agricultura produtora de alimentos e matérias-primas, c) a atividade industrial (equipamentos de beneficiamento do café, indústria de sacarias, bens de consumo não duráveis, notadamente têxteis, d) a implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário, e) a expansão do sistema bancário, f) a atividade do comércio de importação e exportação, g) desenvolvimento de infraestrutura: portos, armazéns, transportes urbanos e comunicações, h) urbanização, i) a atividade do estado pela ótica do gasto público.

Além dos elementos acima citados, é necessário considerar, ainda com o autor, o movimento imigratório em larga escala destinado ao estado de São Paulo, a disponibilidade de terras (férteis), saldos comerciais com o exterior e com o resto do país, viabilizando o gasto público, uma vez que a partir de 1891 as receitas de exportação passaram a pertencer aos estados, acesso ao capital externo (notadamente para cobrir operações de valorização do café), e, por último, políticas cambiais favoráveis à atividade nuclear, em detrimento de outros complexos regionais. Nestes termos, o inter-relacionamento destes encadeamentos redundou em custos decrescentes e ampliação do nível de produtividade, ampliação do excedente, diversificação do investimento e efeitos ampliadores do mercado interno, gerando economias de escala cada vez mais ampliadas.

Cabe destacar a fundamental importância de uma fronteira agrícola em constante expansão, bem como a política fundiária do governo paulista que facilitou a concentração fundiária, principalmente nos anos vinte (SILVA: 2008), o que viabilizou, dada a relação de colonato e as demais formas de contratação de mão de obra vigentes, a manutenção dos salários monetários em níveis abaixo do que vigoraria caso existisse uma real tendência de universalização dos salários monetários. Contribuiu para a ampliada reprodução dos capitais o estabelecimento de mecanismos de superexploração do trabalho mediante práticas típicas de um contexto de acumulação primitiva, totalmente compatíveis como o movimento de valorização do capital (FALEIROS: 2010).

Em um texto seminal elaborado em 1985, intitulado “Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)”, Wilson Cano testou, para outras regiões cafeeiras (RJ, MG e ES), o poder de análise da noção de complexo cafeeiro. Sobre o estado do Rio de Janeiro, Cano observa que se trata prioritariamente de uma cafeicultura escravista que, diferentemente de São Paulo, não supera esta condição. A explosão dos preços dos cativos, bem como a queda de produtividade, “arrebentou” com o cálculo econômico, impedindo a acumulação de capital na própria atividade. O ponto é que no momento de liquidação da escravidão no Brasil, ao final do século XIX, a cafeicultura fluminense não dispunha de uma fronteira agrícola, apresentando lavouras de café economicamente inviáveis em função da baixa produtividade e do esgotamento dos solos, de modo que a produção de café se dava a

custos crescentes (não apenas pelo aumento dos preços dos cativos). Nestas condições, a excelente lucratividade auferida em meados do século retrasado debatia-se com a impossibilidade de reinvestimentos; por se tratar de um complexo embasado em relações escravistas de produção, não contou com os efeitos dinamizadores advindos de um mercado interno mais robusto¹. Muitos dos capitais disponíveis, neste cenário, foram invertidos em títulos da dívida pública ou mesmo em investimentos especulativos e do encilhamento, de modo que, apesar de certo avanço industrial, os efeitos dinamizadores que partiram da cafeicultura foram muito mais tímidos do que em São Paulo. Cano ainda destaca que a derrocada da cafeicultura fluminense só não fora mais drástica por conta da utilização de máquinas de beneficiamento e das ferrovias, equipamentos redutores de custos, porém, em vertiginosa queda de produtividade, as lavouras mostraram-se pouco rentáveis, rejeitando estas novas inversões. Neste cenário, ainda com o autor, “a transição para o regime de trabalho livre ali não prosperou. (...) A precariedade da constituição de seu mercado de trabalho fez com que ali viessem a ser praticadas as mais altas taxas de salário do país²” (Cano, 1985:293). A urbanização do Rio de Janeiro e a centralização do aparelho de estado evitaram que a derrocada fosse ainda maior, mas, por outro lado, em função de sua privilegiada posição do ponto de vista do capital mercantil, esta cidade centralizou o comércio e o financiamento de nossos principais fluxos mercantis, tanto externos quanto internos, de modo que, o capital comercial sediado no espaço urbano do antigo Distrito Federal obrigou as regiões cafeeiras – Rio de Janeiro (interior), Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo (até a construção do porto de Santos), a se tornarem verdadeiras regiões tributárias daquele espaço. Isto significava a apropriação pelos agentes econômicos daquele espaço urbano de grande parte dos lucros, dos salários e dos impostos gerados pelas cafeiculturas regionais. Disso deriva o fato de que o Rio de Janeiro fora um destacado espaço industrial no século XIX e no início do século XX.

Sobre o complexo cafeeiro em Minas Gerais, Cano aponta que seguiu bem de perto a conformação fluminense, porém, neste estado, a cafeicultura não perdeu sua posição relativa, respondendo, entre 1876 e 1930, por cerca de 20% da produção do sudeste brasileiro. Um fator que pode ajudar na explicação deste dinamismo é o fato de se tratar de um estado com heterogênea formação geográfica, dividido em sub-regiões pouco integradas à época³. Ocorre que em função desta pequena integração ao nível estadual, o café mineiro era exportado por São Paulo (notadamente da

¹ Contraponto a esta visão se encontra em João Luís FRAGOSO & Manolo FLORENTINO (1998). Ver também Théo Lobarinhas PIÑERO (2008). Tal obra destaca a dinâmica do comércio e da acumulação de capitais no Rio de Janeiro exclusive café. Trabalho seminal para o entendimento da praça mercantil e financeira do Rio de Janeiro é Luiz Antônio TANNURI (1981).

² Há que se notar, neste ponto, que o autor não apresenta nenhuma estatística acerca dos salários.

³ John D. Wirth caracteriza tal desarticulação como “Mosaico Mineiro”: “O oeste, o sudoeste, o Triângulo e o Sul são extensões lógicas do interior de São Paulo, ao qual o primeiro esteve ligado juridicamente até 1816 (...). A maior parte do vale do São Francisco geograficamente faz parte do sertão brasileiro, que se alonga além da Bahia e Pernambuco (de fato o norte de Minas foi administrado a partir de Salvador). (...) O oeste pertencia à fronteira colonial do gado, estendendo-se da Bahia até Goiás; no sudeste a zona da mata gravitava para o porto do Rio de Janeiro. E, além da fronteira leste, o pequeno estado do Espírito Santo isolava os mineiros do mar. Nestes termos, o centro, local da sede do governo, os governantes viram sua autoridade sobre as outras zonas diminuir pela falta de influência econômica e as parcas comunicações” (1982, p. 42-3).

região sul), pelo Rio de Janeiro (zona da mata) e por Vitória (regiões a leste, notadamente Manhauçu, principalmente após a inauguração da Estrada de Ferro Vitória-Minas). Outra especificidade deste complexo econômico é que a maior parcela da população cativa estava localizada nas regiões não produtoras de café, e, aparentemente, estas regiões serviram como mananciais de mão de obra aos estágios iniciais desta cultura em Minas, de modo que lá o efeito da alta dos preços dos cativos não foram devastadores como no Rio de Janeiro.

Fator de significativa importância é que este estado, dada a dependência dos portos exportadores de São Paulo, Espírito Santo e principalmente do Rio de Janeiro, viu-se “refém” do capital mercantil sediado em seus vizinhos, de modo que parte do excedente local para lá era drenado. Este vazamento de capital delineou uma urbanização dispersa e rarefeita, bem como a impossibilidade de maior organização das elites expressa no fato de que Minas Gerais não possuía nenhuma ferrovia, sendo tributária de estradas paulistas ou federais. Correlatamente, em função da pequena capacidade dinamizadora da cafeicultura, verifica-se uma industrialização de pequeno e médio porte, concentrada na produção de bens de consumo e protegida da concorrência nacional pelas grandes distâncias. Tal realidade só seria transformada a partir da construção de Belo Horizonte, como estratégia de interiorização, e de Brasília, que integrou definitivamente o triângulo mineiro ao mercado nacional de bens industrializados, notadamente Uberlândia.

Sobre o Espírito Santo, Wilson Cano aponta a recorrência de uma estrutural fundiária falsamente dual, uma vez que ao lado dos núcleos de colonização com estatuto de pequena propriedade existiam latifúndios escravistas com pequenos espaços efetivamente cultivados, ou seja, por detrás desta aparente dualidade, predominou amplamente no estado a pequena dimensão dos estabelecimentos cafeeiros, o que redundou em trabalho camponês autossuficiente e familiar nos núcleos coloniais e em trabalho escravo nos latifúndios (Cano, 1985:299). A cafeicultura teve início neste estado por volta de 1840, sendo o sul, a região de Cachoeiro de Itapemirim mais especificamente, a ponta de lança do avanço da fronteira cafeeira neste estado. Cabe salientar que o governo capixaba foi altamente “benevolente” no que se refere à apropriação de terras uma vez que pertencia ao governo provincial/estadual cerca de 90% do território, e, dada a exígua densidade demográfica, o Espírito Santo atraiu correntes migratórias vindas, sobretudo, das regiões de cafeicultura decadente de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, praticando, em função da inóspita geografia, o café de encosta de tipo predatório e erosivo.

A predominância dos pequenos estabelecimentos produtores de café torna-se ainda maior com o fracionamento dos latifúndios decorrente da queda de produtividade e perda de viabilidade dinâmica da cafeicultura ao sul e com o avanço da cultura nos núcleos coloniais da região serrana, em especial em Venda Nova do Imigrante, Santa Teresa e Santa Maria do Jetibá (Buffon, 1992:74). Assim, no momento de superação da escravidão, as relações sociais de produção estabelecidas neste estado não tenderam diretamente ao assalariamento e a uma maior divisão e especialização do trabalho,

impossibilitando-se, assim, as condições para a emergência de um mercado dinâmico. Pelo contrário, as pequenas propriedades tenderam à auto-suficiência e a uma produção elementar, ocorrendo o circuito das trocas em âmbito muito localizado que possibilitara apenas uma estreita base de acumulação.

As conclusões de Cano sugerem que não se formou no Espírito Santo um complexo econômico dinâmico, hipótese que, acreditamos ser correta, mas que merece uma melhor qualificação, uma vez que mesmo nas regiões cafeeiras mais dinâmicas verificava-se a predominância de pequenos estabelecimentos produtores de café e de relações de produção que não podem ser identificadas ao regime de assalariamento e que não necessariamente tenderiam para isso (Faleiros, 2010). A questão demográfica, das políticas de imigração e migração, dos investimentos públicos e privados, do poder político, da qualidade dos solos, da qualidade do grão colhido, das escalas de produção e da especialização e circuitos comerciais pretéritos à cafeicultura talvez joguem papel central para a percepção das múltiplas realidades contidas no complexo cafeeiro. O fato é que, aparentemente, a cafeicultura capixaba não foi capaz de gerar uma acumulação de capitais em grandes escalas e muito menos de criar um amplo mercado de bens-salários, sendo os impulsos à industrialização muito reduzidos: em 1939, São Paulo detinha 45,4% da produção industrial nacional, e o Espírito Santo apenas 0,4% indicando que os esforços industriais feitos pelo poder público – notadamente por Jerônimo Monteiro – foram insuficientes para uma transição econômica mais significativa, mesmo sendo de 3,6% a média de crescimento anual da produção industrial entre 1919 e 1939 (Cano, 1985:301).

2 - A Cafeicultura Capixaba: construindo, desconstruindo

A cafeicultura foi a grande responsável pelo povoamento e desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo. É a partir desta atividade que podemos perceber uma formação econômica mais robusta e uma maior integração com as demais regiões do país, notadamente com o Rio de Janeiro, com São Paulo e com Minas Gerais. O café rompeu com o isolamento e com o “marasmo” que caracterizou a vida capixaba nos séculos de colonização, quando a Companhia de Jesus fora a única a montar algum tipo de negócio duradouro nestas paragens, com as fazendas⁴ e aldeamentos. Tal como afirmou Gabriel Bittencourt (1987:35) “o Espírito Santo fora um desastre econômico na fase colonial”, sendo a capitania tributária e superficialmente tocada pelo comércio de cabotagem fluminense, ao sul, e baiano, ao norte.

O relativo atraso da capitania (e posterior província) do Espírito Santo se explica como salienta Bittencourt (1987) por uma clara política metropolitana de coibir qualquer tipo de ligação

⁴ Trata-se das fazendas Muribeca, Itapoca, Araçatiba e Carapina, criadas para a manutenção do Colégio de Vitória.

entre o litoral e as minas de ouro⁵, mantendo a região ao largo de qualquer tipo de integração econômica ao incipiente mercado interno⁶. Reforçam este isolamento o vazio demográfico e a ferocidade dos indígenas locais, que ferrenhamente defenderam seus domínios contra as investidas dos reinóis. Em 1820, a população capixaba era de aproximadamente vinte e quatro mil pessoas, concentradas unicamente no litoral, e o Espírito Santo era composto por apenas seis vilas⁷, além da capital, Vitória. Com reduzida densidade populacional e sem um sentido econômico à sua formação, tratava-se de uma “fronteira atlântica⁸”, ocupada e desbravada parcialmente apenas com o advento da cafeicultura, em meados do século XIX. Até lá, as paragens capixabas permaneceriam intocadas, produzindo-se e reproduzindo-se a vida num cotidiano marcado pela ausência de rupturas, imerso numa longa duração (Braudel, 1997).

A primeira cultura a adquirir certo destaque na economia capixaba foi o açúcar. Como podemos ver na tabela abaixo, extraída de Almada (1981), esta produção capitaneou a província durante quase todo o século XIX, principalmente nas regiões mais próximas ao Rio de Janeiro. A autora justifica que em função da maior concorrência neste mercado, os preços deixaram de ser atrativos, de modo que na segunda metade deste século a produção reduziu-se sobremaneira. Concomitante a isto, assinala a autora, “a dispendiosa indústria açucareira via agravar-se a sua decadência cada vez maior na segunda metade do século XIX, pela subdivisão das fortunas, de tal sorte que muitas vezes os filhos de um fazendeiro importante ficavam reduzidos quase à pobreza, não permitindo que se levantassem novos engenhos ou se conservassem florescentes todos os antigos” (Almada, 1981:16). Neste cenário, a explosão da cafeicultura não poupava nem mesmo as regiões que fabricavam o melhor açúcar da província, tal como Itapemirim.

Apesar de sua crescente expansão, a produção cafeeira do Espírito Santo, vinculada ao mercado externo, não poderia deixar de sentir os efeitos das crises capitalistas mundiais, agravadas no Brasil pela conjuntura econômica internacional, marcada pelo aumento do preço dos escravos e a correlata crise de mão de obra, porém, neste mesmo período, os preços internacionais descrevem uma curva tão favorável que as lavouras continuam em expansão na província: em 1873, o Espírito Santo produziu 306.406 arrobas, em 1886, produziu 1.1233.274, num crescimento de 402% no período. Este

⁵ “... a descoberta de ouro em abundância na Colônia, que contribuiu sensivelmente para a ascensão do Rio de Janeiro como centro de decisões do país, paradoxalmente, para o Espírito Santo, constituiu-se em um empecilho ao crescimento econômico da capitania. Nesta, sequer implantou-se uma ourivesaria artesanal, como em Minas Gerais. Entre as repercussões da grande incidência de ouro na Colônia, restou ao Espírito Santo a construção e remodelação das fortificações de Vitória, a ampliação do destacamento militar e a proibição rigorosa da abertura de estradas que ligassem o litoral à rica Capitania das Gerais” (Bittencourt, 1987:46).

⁶ Ver os trabalhos de José Jobson A. Arruda (1980) e João Luís Fragoso (1998), que tratam de uma maior integração e diversificação do mercado interno colonial em fins do século XVIII e início do XIX. Aparentemente, o Espírito Santo pouco se integrou ao eixo econômico polarizado pelo Rio de Janeiro com efeitos dinamizadores sobre o centro-sul, especialmente em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

⁷ São elas: Itapemirim, Benevente (atual Anchieta), Guarapari, Vila Velha, Viana e Almeida.

⁸ O termo nos remete à própria intermitência do avanço da fronteira agrícola no Brasil, que, ao se deslocar para o oeste, deixa para trás regiões intocadas, espécies de fronteiras internas, no caso, uma fronteira atlântica. Poucos territórios banhados pelo oceano permaneceram tão desarticulados da formação econômica nacional como o Espírito Santo.

crescimento da cultura cafeeira fora mais agressivo no sul. Nos vales do Itapemirim e Itabapoana o café não só substituiu o açúcar como incorporou regiões de matas até então virgens à produção capitalista, num claro testemunho de avanço da fronteira agrícola. Cachoeiro de Itapemirim, de pequena povoação, transforma-se em epicentro de uma série de freguesias situadas ao sul, uma espécie de “boca de sertão” de uma extensa zona cafeeira em formação; as demais regiões, situadas ao norte, como São Mateus e Linhares, foram incorporadas tardiamente no complexo cafeeiro, de modo que se verificam intensos contrastes regionais quanto às relações de produção: nas regiões mais diretamente ligadas à cafeicultura, dá-se a produção escravista em grande escala, numa clara conversão da atividade açucareira para o café, nas demais zonas se percebe uma situação estacionária senão regressiva, dado o poder de atração de mão de obra para a região mais dinâmica ao sul. Vitória, a capital, permanece uma cidade meramente administrativa. A região serrana só seria desbravada quando se estabeleceram os núcleos coloniais, por iniciativa do governo capixaba (tabela 02).

Tabela 1 – produção de açúcar a café no Espírito Santo 1845-1886

Ano	Açúcar	Café
1845	226.032	32.033
1846	157.063	110.998
1847	147.063	115.390
1848	330.169	94.149
1849	184.232	57.363
1852	153.790	83.790
1853	75.370	86.729
1854	97.247	117.179
1855	49.895	117.178
1856	78.564	198.964
1857	24.474	156.883
1858	43.232	151.227
1859	39.822	136.102
1860	29.450	202.117
1861	21.843	223.809
1862	30.006	229.447
1863	32.458	139.341
1866	40.614	265.592
1867	23.375	395.979
1871		536.577
1872		432.414
1873	17.410	306.406
1883/4	10.915	711.413
1885/6	33.458	1.233.274

Fonte: ALMADA, 1981:15.

Com o café vinham os escravos. Entre 1856 e 1872, como podemos observar na tabela 02, a província vivenciou uma explosão demográfica, de modo que a população quase duplicou neste período. A população escrava subiu de 12.259 para 22.552, sendo que em 1872 aproximadamente a metade se alojava na Comarca de Itapemirim (o sul do estado). As regiões ao norte da capital, São Mateus e Reys Magos, detinham em 1872 cerca de 20% do total de cativos, e a região da capital 30%. Esta alocação descreve exatamente o roteiro de penetração da cafeicultura no estado que, ao momento, já tomara conta de praticamente toda a região sul e dava seus primeiros passos na região de Vitória.

Este aumento ocorrido entre 1856 e 1872, principalmente no sul onde o número de cativos aumentou 168%, denota que não se tratava unicamente de reinversão de capitais na nova atividade, mas aponta para o fato de que o Espírito Santo estava adquirindo novos cativos no mercado nacional, provavelmente advindos do Rio de Janeiro, maior praça mercantil do espaço do Brasil desde o final do século XVIII (Fragoso: 1998). Toda uma bibliografia revisionista, da qual destaco João Luís Fragoso, Manolo Florentino (1997) e Luís Felipe de Alencastro (2000), tem destacado a importância da elite mercantil carioca para formação e o desenvolvimento de um comércio nacional de cativos, como também da centralidade do Rio de Janeiro no comércio de bens destinados ao mercado interno que abraçava todo o centro-sul brasileiro, inclusive o Espírito Santo, região diretamente tributária do capital carioca mesmo antes da cafeicultura. Acreditamos que a expansão do número de escravos na província capixaba na segunda metade do século XIX deriva de algum tipo de ligação comercial com o Rio, ou como comprador direto de cativos, ou como fonte de crédito para a aquisição de cativos em regiões decadentes à época, como o nordeste, provavelmente a Bahia. Observemos a figura 01.

Nesta figura podemos visualizar a posição do Rio de Janeiro, simultaneamente, como o principal mercado e fonte de crédito do Atlântico Sul, vinculando-se ao Centro-Sul, ao Norte e ao Nordeste como o futuro território nacional, com a África no negócio mais lucrativo da exploração colonial – a escravidão – e a vinculação com o comércio de exportação e de capitais com o centro do capitalismo mundial.

Os nexos destas relações comerciais, nos autores citados acima, são dados pelo conceito de acumulação endógena: “essa noção liga-se aos processos de reprodução econômica que se executam plenamente no interior do espaço colonial. Nessa medida, ela diz respeito à reiteração, no tempo, das produções coloniais para o mercado interno (...). Exemplo disso é a *plantation*, que, ao se reproduzir, adquire o charque gaúcho, ou a farinha do camponês catarinense quando da venda ao Rio Grande do Sul ou ao mercado carioca, ou mesmo quando o complexo agropecuário do sul de Minas Gerais compra escravos no mercado atlântico” (Fragoso, 1998: 158). Certamente, neste circuito, alguma função está destinada ao Espírito Santo, notadamente no comércio de madeiras, farinha de mandioca e açúcar.

Tabela 02 – Distribuição da população capixaba por regiões 1856-1872

Paróquias	População – 1856			População 1872		
	Livre	Escrava	Total	Livre	Escrava	Total
<i>Capital</i>						
Vitória	4.139	863	5.002	3.360	1.001	4.361
Cariacica	3.253	896	4.149	4.144	1.174	5.318
Carapina	1.125	205	1.330	906	251	1.157
S. Leopoldina				1.455	481	1.936
Vianna	2.228	1.274	3.502	3.425	1.224	4.649
Santa Isabel				1.865	33	1.898
Espírito Santo	1.031	280	1.311	1.244	511	1.755
Mangarahy	1.388	316	1.704			
Serra	2.004	520	2.524	2.830	1.464	4.294
Queimado	919	569	1.488	2.605	780	3.385
Subtotal	16.087	4.923	21.010	21.834	6.919	28.753
<i>Reys Magos</i>						
Nova Almeida	2.048	465	2.513	1.736	460	2.196
Santa Cruz	2.586	251	2.837	3.087	400	3.487
Linhares	928	36	964	1.691	172	1.863
S. B.do Riacho				937	66	1.003
Subtotal	5.562	752	6.314	7.451	1.098	8.549
<i>São Matheus</i>						
São Matheus	1.781	1.859	3.640	2.640	2.017	4.657
B. São Matheus	1.859	354	2.213	2.026	705	2.731
Itaúnas				691	91	782
Subtotal	3.640	2.213	5.853	5.357	2.813	8.170
<i>Itapemirim</i>						
Guarapari	2.924	213	3.137	2.771	417	3.188
Benevente	2.688	412	3.100	4.243	1.057	5.300
Piuma	924	212	1.136			
Itapemirim	2.508	1.885	4.393	6.808	2.873	9.681
Cachoeiro	1.494	1.254	2.748	1.946	1.947	3.893
S. P. Itabapoana	996	405	1.401	3.227	2.464	5.691
Alegre				1.679	1.110	2.789
S. M. do Veado				937	703	1.640
Ald. Affonsino				1.147	830	1.977
Rio Pardo				1.937	321	2.258
Subtotal	11.534	4.381	15.915	24.695	11.722	36.417
Total	36.823	12.269	49.092	59.337	22.552	81.889

Fonte: Almada, 1981:25.

Figura 01 – Posição do Rio de Janeiro nos mercados nacionais e internacionais



Fonte: elaboração própria

Esta hipótese se reforça quando observamos os dados de navegação de cabotagem pesquisados por Renato Leite Marcondes (2009) entre 1869 e 1875, nos quais o Espírito Santo “exportou”⁹ para outras províncias 2.516 contos de réis, perfazendo 3,1% de todo o comércio interprovincial, ao passo que nada exportou para o mercado externo. Inferimos que o Rio de Janeiro concentrava a quase totalidade da produção capixaba e reexportava para outras regiões ou mesmo para outros países uma parcela desta produção, sendo uma fração disto, evidentemente, destinada para o consumo na corte. Os capixabas destinavam ao Rio produtos como madeiras, farinhas, açúcar e café, além de gado por rota terrestre. Marcondes assim qualifica a posição do Rio de Janeiro neste circuito, no qual os capixabas assumiam papel subordinado: “Largas áreas do centro-sul brasileiro articularam-se fortemente ao mercado carioca e de seu *hinterland*, constituindo uma rede de abastecimento bastante consolidada nessa época (...). O porto do Rio de Janeiro movimentou a metade das mercadorias embarcadas para o exterior (...). Algumas províncias se especializaram no abastecimento do mercado nacional, como Amazonas, Espírito Santo, Piauí, Santa Catarina e Sergipe. As duas primeiras praticamente não realizavam comércio com o exterior” (Marcondes, 2009:52-3). Interessante notar que 95,6% das “exportações capixabas se dirigiam ao porto do Rio, compostas, como vimos, basicamente por madeiras (subproduto da expansão da fronteira agrícola!?) e farinha de mandioca”.

Nestes termos, vai se caracterizando e se estendendo no tempo e no espaço um intercâmbio desigual (nos moldes da CEPAL) entre o Espírito Santo e o Rio. Pensemos: a) verifica-se uma expansão da escravidão, cuja fonte de abastecimento e/ou financiamento se encontrava sediada em

⁹ O termo “exportar” se aplicava não apenas ao comércio internacional, mas também ao comércio interprovincial e mesmo intermunicipal; não havia maior rigor com a utilização desta palavra.

território fluminense; b) tal expansão viabilizava o aumento populacional e da produção de café e outros gêneros; c) a navegação de cabotagem a partir de Vitória e da foz do Itapemirim com destino à capital carioca foi intensificada; d) parcela do excedente econômico capixaba era subtraída em prol dos fluminenses. Assim, podemos pensar na possibilidade de um estreitamento de mercado e de um comércio amplamente desfavorável aos capixabas em função do endividamento inicial que viabilizou toda a cadeia produtiva. A consulta a alguns inventários e escrituras de crédito (hipotecário) poderia desvendar a questão¹⁰. Na verdade, a própria concentração de renda na capital do Brasil à época corrobora tal assertiva.

Aparece aí a hipótese da extraterritorialidade do espaço de acumulação no Espírito Santo, determinada pela posição subordinada do ponto de vista do abastecimento de mão de obra escrava e do crédito em última instância. Acreditamos que esta “divisão nacional do trabalho¹¹” impôs a este estado uma especialização relativa¹² ao nível da produção de bens voltados ao mercado interno, com baixo valor agregado e poucos efeitos dinamizadores da economia local, de modo que parcela substancial dos lucros era remetida ao Rio de Janeiro, sendo que, em nossa visão, tal conformação precede à cafeicultura, como comumente se argumenta. Mais que isso, diferentemente da interpretação corrente, acreditamos que a raiz da explicação da posição periférica do Espírito Santo no sudeste se deve muito mais ao mundo do crédito que ao mundo da produção. Voltaremos neste ponto, mas, antes, algumas palavras sobre a especialização regional.

Fernand Braudel ilumina esta questão ao definir os espaços das economias-mundo¹³. Segundo o autor, as economias-mundo têm um limite, um centro e são hierarquizadas. “Elas têm limites e a linha que as contorna conferem-lhe um sentido, tal como as margens explicam o mar (Braudel, 1998:14)”. A economia-mundo implica em um centro em benefício de uma cidade e de um *capitalismo* já dominante, **seja qual for a sua forma**; e são hierarquizadas, sendo esse espaço a soma de economias particulares, umas pobres, outras modestas, sendo a única relativamente **rica** no seu centro. Resulta daí desigualdades, diferenças de voltagem, através das quais fica assegurado o funcionamento do conjunto.

Podemos pensar, a partir destas definições, que as regiões capixabas de Cachoeiro e Vitória estavam fora dos limites das trocas, ou eram superficialmente tocadas por elas, verificando-se, a partir daí, baixo grau de integração com o centro e o recorrente atraso. A capital fluminense, como vimos, exercia papel central, constituindo um conjunto de múltiplas coerências, pois as diversas zonas de uma economia-mundo estão sempre voltadas para um mesmo ponto, o centro, lugar de eleição da

¹⁰ Estamos desenvolvendo tal pesquisa, porém, ainda sem resultados definitivos.

¹¹ Da qual derivam as disparidades regionais.

¹² Este conceito foi desenvolvido por Tosi e Faleiros (2009), em estudo que versa sobre o complexo cafeeiro paulista.

¹³ “A economia-mundo envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica”. Cf: Fernand BRAUDEL (1997, p. 12). No caso de economias agroexportadoras, há que se considerar que se liga a conjuntos maiores via comércio e crédito.

acumulação e onde se verifica mais claramente um processo de centralização e concentração da riqueza. Isso não implica dizer, ainda com Braudel, que não se verifique em algumas cidades um processo de especialização restrito não apenas à esfera da produção agrícola. “Cidades-etapa rodeiam o pólo a maior ou menor distância – mais respeitosa ou menos -, associadas ou cúmplices, mais freqüentemente ainda sujeitas ao seu papel secundário. Sua atividade ajusta-se à da metrópole: montam guarda ao seu redor, remetem para ela o fluxo dos negócios, redistribuem ou encaminham os bens que ela lhes confia, agarram-se ao crédito ou submetem-se a ele. (...) As metrópoles apresentam-se como um séquito, uma comitiva (...) um arquipélago de cidades, e a expressão dá a imagem” (Braudel: 1997, 20). Juiz de Fora e toda a zona da mata mineira, o sul de Minas Gerais, o Rio Grande do Sul e o interior paulista, Cachoeiro de Itapemirim, Vila Velha, Guarapari, Vitória e cidades do Vale do Paraíba fluminense compõem este arquipélago de cidades-etapa, especializando-se em algumas atividades produtivas necessárias para o funcionamento desde complexo econômico sediado na cidade do Rio de Janeiro, como também, em âmbito regional, vão se desenvolvendo na atividade creditícia, comercial e de investimentos nas fronteiras de expansão dos negócios. Porém, o centro comanda. E o faz porque exerce a liderança sobre as atividades mais rentáveis ligadas à exportação do café e no **setor financeiro**, atingindo alto grau de especialização nestas funções. As demais regiões deste complexo econômico se especializam mais claramente na produção agrícola voltada à exportação e diversificação no que se refere à produção mercantil de alimentos (ou especialização relativa ao nível da produção), sem, contudo, atingir os mesmos patamares do centro. Tal diferenciação, que engendra o reforço das hierarquias, se explica pela especialização absoluta ao nível do crédito e da circulação (transportes). Novamente, o centro comanda.

3 - Olhar sobre a produção, olhar disperso

Se comparado à cafeicultura dos outros estados cafeeiros do centro-sul, o Espírito Santo apresenta certas peculiaridades. O início da atividade, como vimos, deu-se na porção sul capixaba por volta de 1840, substituindo-se a cana de açúcar parcamente cultivada nos grandes latifúndios próximos ao litoral. Tratava-se, inicialmente, de uma cafeicultura baseada em relações de produção escravistas.

Passado este primeiro momento, e dado o prenúncio da crise no Vale do Paraíba, inicia-se uma corrente migratória do Rio de Janeiro e de Minas Gerais para o Espírito Santo em busca de suas terras devolutas. Deve-se ressaltar que 85% das terras livres estavam nas mãos do governo provincial/estadual, e que este, diante da exígua densidade econômica e populacional, desde cedo facultou a colonização e o acesso a terra (Cano, 1985: 299).

Alguns exemplos desta estratégia são as colônias do Rio Novo e de Santa Isabel. Como podemos observar na tabela número dois (02), nesta paróquia, em 1872, de uma população total de 1.898 pessoas, apenas trinta e três eram escravas, denotando um tipo de cafeicultura diferenciada em relação ao que ocorrera na região de Itapemirim. Na verdade, a partir de Santa Leopoldina, tem origem

um fluxo migratório muito intenso de italianos e alemães, que fundariam unidades pautadas no trabalho familiar e na pequena produção. Na verdade, não há uma clara distinção no estado entre cafeicultura/escravismo/latifúndio *versus* cafeicultura/famílias europeias/pequenas posses. Existiu, principalmente ao sul, uma coexistência entre os dois modelos sendo que, na medida em que a crise do escravismo se agravava, as fazendas de maiores dimensões iam sendo fragmentadas e as porções de terras adquiridas por europeus de primeira e segunda geração. Há que se notar também que se tratava basicamente de um deserto demográfico, de modo que o modelo pautado no trabalho familiar caminhou adiante incorporando novas terras à produção capitalista, tal como na região de Castelo. Outra área de predileção dos imigrantes fora a região serrana, praticamente intocada pelo modelo de produção escravista, surgindo ali as importantes cafeiculturas de Germânia (atual Domingos Martins) e Venda Nova do Imigrante.

Estes resultados foram consequência direta da ação do governo provincial que passou a fomentar a instalação de núcleos de colonização, via imigração de europeus, possibilitados justamente pela grande oferta de terras públicas. Para se ter uma idéia do vigor da apropriação de terras no estado, em 1872 4.840.203 braças foram “vendidas” e, em 1876, 17.401.998 (Almada, 1981:44). Esta apropriação ocorreu principalmente no sul e posteriormente na região central, sendo que, o incremento populacional daí advindo aumentaria sobremaneira entre 1890 e 1900, momento no qual a população residente no estado aumentou, em média, 4,4% ao ano, alcançando-se o total de 73.786, dos quais 40% eram estrangeiros (Buffon, 1992:95)¹⁴.

Como resultado desta política a produção cafeeira duplicou no período compreendido entre 1876-1880, e, novamente, entre 1881 e 1890. Na década seguinte, entre 1891 e 1900, a produção aumentou 66%, sendo o crescimento menor no período subsequente em função da crise que se abateu sobre todo o setor. Apesar de notável crescimento, o Espírito Santo atingiu a cifra de um milhão de sacas produzidas somente no final da década de vinte¹⁵, momento no qual produzia 7,2% do café exportado pela região sudeste (Cano, 1985:293).

José Antônio Buffon (1992) aponta que no momento da transição ao assalariamento no Espírito Santo as relações de parceria foram amplamente praticadas e constituíram importante mecanismo de ascensão social aos imigrantes, uma vez que, segundo o autor, as cláusulas contratuais praticadas pelos fazendeiros foram amplamente favoráveis aos trabalhadores rurais, de modo que, em

¹⁴ “Nos núcleos oficiais os colonos recebiam do governo um lote cuja área era de 50 ha, do qual ficavam proprietários. Além do lote, recebiam também, durante um período de seis meses, ferramentas, víveres e sementes de que necessitassem. Após quatro anos de carência deveriam os colonos pagar, em parcelas, o valor correspondente a esses bens, mais o da passagem da Europa para o Brasil”. (Rocha & Cosetti, 1983: 24). Evidentemente, os cafeicultores de maior cabedal rechaçavam esta política, o que pode explicar a total inviabilidade econômica de alguns dos núcleos coloniais estabelecidos, sobrevivendo apenas aqueles estrategicamente localizados, tais como o de Santa Leopoldina.

¹⁵ Neste momento a produção capixaba já possuía destaque, tanto que o estado participou do chamado “segundo convênio cafeeiro, definido em 1927 junto com São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais”. Cf: Antônio DELFIM NETTO, (1979, p. 94). O texto não trás maiores informações sobre o impacto das defesas do café nas lavouras do Espírito Santo, de modo que seria interessante um esforço de pesquisa neste sentido.

apenas alguns anos, tornavam-se proprietários de pequenas glebas e debilitavam o potencial de acumulação das fazendas (Buffon, 1992:90). Quando confrontados com contratos menos favoráveis, os imigrantes optavam pelos núcleos coloniais. Assim, o argumento do autor sugere que relações contratuais mais “brandas¹⁶” também contribuíram para a dominância de um perfil fundiário deveras fragmentado. Cabe salientar que o fato de que alguns trabalhadores rurais, sejam parceiros ou colonos, estavam se tornando proprietários e/ou posseiros de porções de terras não indica o fenômeno da ascensão social, uma vez que a literatura sobre o tema já destacou que em muitas ocasiões os pequenos produtores viviam em condições piores do que as dos assalariados rurais¹⁷.

José Lázaro Celin demonstra que o regime seguido pelos pequenos proprietários foge à concepção corrente de monocultura¹⁸. Pode-se falar, com maior certeza, em uma *monocultura mercantil*. Normalmente, todo sítio possuía, além do cafezal, uma pequena reserva de matas e outras áreas destinadas ao cultivo de alguns produtos essenciais à subsistência do agricultor e de sua família. Ao lado do café, produzido essencialmente para a venda, coexistia uma produção diversificada para consumo próprio. Este setor ficava como que embutido na produção mercantil. Porém, apenas uma vez por ano surgiam negócios de maior vulto, por ocasião da venda do café (Celin, 1984: 152).

Debruçada sobre esta base fundiária formada por pequenas propriedades auto-suficientes a acumulação ocorria em ritmo muito lento (em função da pequena dimensão deste mercado) sendo o processo de concentração e centralização do capital retardatário em relação às províncias cafeeiras mais dinâmicas. O ponto é que a transição ao assalariamento – no limite a própria transição ao capitalismo – permaneceu inconclusa nos moldes da economia agro-exportadora capixaba, não sendo a cafeicultura local capaz de generalizar as relações mercantis.

Neste cenário verifica-se, segundo argumento de Buffon, que a estrutura rural capixaba demonstrou notável estabilidade, mesmo em momento de crise aberta como no final da década de vinte, uma vez que a reprodução da vida não passava necessariamente pelo mercado, como também assinalou Celin. Dada a sua auto-suficiência os estabelecimentos cafeeiros poderiam conviver com preços deprimidos, uma vez que operavam a custos reduzidos oriundos da cotidiana utilização do trabalho familiar e de mutirões em ocasiões específicas. Buffon assinala que seria de se esperar mudanças drásticas em função da crise, tais como as que ocorreram em outras regiões produtoras de café, porém, os dados de 1940 comparados aos dados de 1920 não revelam grandes alterações estruturais no Espírito Santo, de modo que os efeitos do *crash* foram muito reduzidos neste estado e em 1936 os plantios voltaram a crescer (Buffon, 1992: 157). Diante da queda da receita monetária, os

¹⁶ Chegamos a conclusões diametralmente opostas ao estudar contratos de formação e trato de cafeeiros no interior de São Paulo. (Faleiros, 2007).

¹⁷ Cf: Pierre MONBEIG, (1984).

¹⁸ Provavelmente o autor se refere às definições clássicas de monocultura presentes nos trabalhos de Celso Furtado (2002), Caio Prado Jr. (1967) e Alice P. Canabrava (1997). Nestes termos, acreditamos que tal definição não seja válida também para o caso da cafeicultura paulista, uma vez que apesar da orientação agro-exportadora, verificava-se nas fazendas uma especialização relativa ao nível da produção (Tosi & Faleiros, 2009).

produtores procuraram alternativas internas, diversificando e ampliando a produção de subsistência sem, contudo, abandonar ou mesmo reduzir a área da cultura principal (Buffon, 1992:158).

Numa formação econômica com estas características de “continuidade”, o volume da produção, a área plantada e mesmo o tamanho da propriedade no Espírito Santo estavam dimensionadas pelas necessidades mínimas do conjunto da família e asseguradas pela capacidade de trabalho da mesma, sob determinadas condições técnicas e naturais. Enquanto a produção não fosse capaz de ultrapassar o mínimo indispensável e a fronteira agrícola continuasse aberta não se constituiria o mercado de terras: a terra continuaria abundante e não teria, por conseguinte, uma demanda específica, como reserva de valor. Deste modo, a aquisição de novas terras só ganha sentido se vista sob a ótica demográfica, quando da formação de uma nova família, ou com o incremento de culturas mais dinâmicas, desde que haja mão-de-obra (Buffon, 1992:120). Em função do esgotamento dos solos e do crescimento demográfico o território da cafeicultura ia se expandindo e, nestes termos, o avanço das fronteiras do café sobre o norte do estado na década de 1920 - a primeira corrente migratória genuinamente capixaba - reproduziu o padrão que a precedera, generalizando a pequena propriedade em todo o Espírito Santo. À época, o café respondia por mais de 95% das exportações efetivadas pelo porto de Vitória.

Toda a literatura capixaba sobre o tema, pelo menos a parcela por nós conhecida, é tributária da ideia exposta acima, que, na verdade, advém da noção de complexo cafeeiro apresentada na introdução deste texto. O ponto principal é que em função da predominância de pequenas unidades produtoras (vinte, trinta mil cafeeiros no máximo), e da fragmentação e praticamente extinção das maiores fazendas do sul do estado, não se formam no Espírito Santo pressões competitivas que levariam ao avanço das relações de produção tipicamente capitalistas, logo, os mercados e o ritmo da acumulação não se dariam na velocidade e na intensidade suficientes para formar ali um complexo econômico dinâmico. Ou seja, a explicação deriva de um olhar focado unicamente nas relações de produção, quando deveria se situar no processo global de reprodução do capital. Não que a premissa esteja errada, por suposto está correta, porém, é necessário lançar luz sobre a questão da típica relação de dependência do Espírito Santo para com as outras províncias, notadamente com o Rio de Janeiro. Nossos esforços de pesquisa caminharão por aí.

Como vimos, a cafeicultura capixaba era tributária do capital comercial fluminense e carioca, que comandava a comercialização e o financiamento da produção, “estrangulando” ainda mais esta formação econômica. Apesar dos esforços no sentido de desenvolver uma malha de transportes mais eficiente, como veremos adiante, as iniciativas foram insuficientes para desbancar a posição do capital do Rio de Janeiro já estabelecido na região desde a escravidão, cabendo às Casas Comerciais locais uma posição secundária nos negócios envolvendo o “*Vitória tipo 7*”, classificação dada ao café capixaba. Esta característica drenava para praças mais dinâmicas parcela significativa da acumulação auferida na cafeicultura do Espírito Santo, obstando o desenvolvimento econômico neste estado.

Como aponta Carlos Teixeira de Campos Júnior, o tipo de cafeicultura praticada no Espírito Santo, não concentrou excedentes que possibilitassem as condições de diversificação das atividades (industrialização) e de investimentos urbanos de maior vulto (Campos Júnior, 2002: 38), sendo a própria Vitória, uma cidade muito pequena se comparada às outras capitais estaduais situadas na região sudeste. Neste quadro, a acumulação não encontrou forças para superar-se a partir de seu próprio movimento, sendo que o circuito extraterritorial de valorização da riqueza “eternizava” uma realidade bucólica, ruralizada, periférica e pobre.

O ponto de nossa argumentação é que uma formação econômica com predominância absoluta da pequena propriedade de cunho familiar pode gerar um excedente, evidentemente pulverizado, e que é possível algum mecanismo de concentração via comércio, uma vez que mesmo a mais autossuficiente das unidades produtoras terá que necessariamente buscar no mercado alguma mercadoria necessária para a sua reprodução, notadamente ferramentas, armas, pólvora, ferragens, arames, medicamentos, fertilizantes, sacas, peneiras, maquinário (para as maiores propriedades), enfim, há um impulso, mesmo que diminuto, pela troca, de modo que algum tipo de indústria poderia se formar, e se ampliar, na medida em que os meios de transportes fossem modernizados e a urbanização avançasse. O próprio avanço da fronteira agrícola poderia gerar um mercado de madeiras, e a ampla oferta de alimentos poderia incentivar o assalariamento. Porém, não há capital. Os tentáculos fluminenses drenavam para si a mínima possibilidade, de modo que nenhuma das principais Casas Comerciais sediadas em Vitória em 1912 era capixaba (Campos Júnior, 2002:43). Nestes termos, verifica-se a extraterritorialidade do complexo cafeeiro capixaba, e não a sua inexistência. Ocorre no Espírito Santo uma especialização ao nível da produção e as fatias mais rentáveis do negócio agroexportador são transferidas para os comerciantes fluminenses ou para as firmas de representação internacionais lá localizadas. Os desdobramentos desta formação econômica são os seguintes: a) se estabelece a atividade produtora de café (atividade nuclear); b) constitui-se agricultura produtora de alimentos e matérias-primas; c) a atividade industrial (equipamentos de beneficiamento do café, indústria de sacarias, bens de consumo não duráveis, notadamente têxteis) se vê obstada, dada as escalas de capitais dos produtores e o fato de estas indústrias já terem se estabelecido em outros lugares, como Rio e São Paulo; d) tardia implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário, portos de maior escala, armazéns e sistema de comunicações; e) marginalização da capital Vitória, que permanecesse meramente como capital política; f) caráter raquítico do sistema bancário; g) a atividade do comércio de importação e exportação são desterritorializadas; h) a urbanização, pequena, não é capaz de diversificar as demandas; i) Estado com pequena capacidade de gasto.

4 - Territorialidade e transportes

Como vimos acima, a cafeicultura adquiriu maiores escalas inicialmente na região sul do Espírito Santo, seguindo os moldes da cafeicultura fluminense baseada no trabalho escravo e em

unidades produtoras de maiores dimensões. A receita provincial não passava de 46:231\$852 em 1824, e alcançou, já em 1869, 189:963\$767, subindo para 235:099\$661 no ano seguinte e chegando, já em 1878, à casa dos dois mil contos de réis. O sensível aumento das receitas se explica pelo aumento da participação do café na arrecadação provincial, denotando o rápido desenvolvimento desta atividade econômica naquele momento. Trata-se da incorporação definitiva do Espírito Santo ao modelo agroexportador, e a partir daí, se verifica o surgimento de iniciativas para dinamização dos meios de transporte, com vistas a dar vazão à produção capixaba, notadamente de café, tais como o “Canal do Pinto” – canal de navegação de pequenos vapores no Rio Novo, Benevente e Itapemirim -, a Estrada de Ferro Caravelas, para escoar as sacas de café produzidas em Cachoeiro do Itapemirim, Alegre e Castelo até a Barra do Itapemirim, lá se conectando com a Cia. Santos-Campos, responsável pelo transporte das sacas até o Rio de Janeiro. Tal sistema de transporte perdurou até 1903, quando foi substituído pela Leopoldina *Railway*.

Apesar de dinamizar a produção local, tal sistema de transporte não foi capaz de drenar para o Espírito Santo parcela da produção mineira e, muito menos, centralizar os negócios do café na província, denotando a extraterritorialidade deste complexo econômico, que permaneceria subsidiária da praça mercantil do Rio de Janeiro. O fato é que a capital, Vitória, permaneceu alheia ao eixo de negócios que ligava Cachoeiro ao Rio de Janeiro e conseqüentemente ao mercado mundial, sendo as tentativas ferroviárias posteriores orientadas justamente para impedir esta ligação, de modo que Vitória e toda a Província capixaba se beneficiassem da produção do sul.

Na verdade, os empreendimentos ligados aos transportes seguiram três diretrizes básicas no final do século XIX:

1) consolidação da ligação com Minas Gerais, criando-se um “corredor de exportações” (daí a criação da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM));

2) modernização do porto de Vitória.

3) a implantação da navegação no Itapemirim e de uma ferrovia que se aproximasse da região, daí a criação da Estrada de Ferro Itapemirim; como todo o escoamento do café era feito pelo porto do Rio de Janeiro, tentou-se interromper tal circuito em benefício de Vitória, daí construindo-se a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, cujo objetivo era atrair para o porto da capital capixaba a exportação do café de Cachoeiro e região, num traçado extremamente inóspito. Tais iniciativas, proporcionadas pelo café, revelam formidável crescimento material no Espírito Santo no final do período provincial; “da quase total ausência de infraestrutura viária e urbana a província, chegou à República contando com inúmeras estradas que a cortavam em várias direções” (Bittencourt, 1987:89).

Tais tentativas denotam que a nascente elite capixaba ligada ao café tinha noção clara dos limites de sua atividade nos quadros dos circuitos existentes, e esta questão parecia ser, para eles, mais crucial para os limites da acumulação de capitais no Espírito Santo do que a questão da transição capitalista, com iniciativas que reformulassem a forma de produção. Novamente, o ponto da

argumentação reside no fato de que algum excedente poderia ser concentrado pela elite comercial na medida em que controlavam o abastecimento das pequenas unidades produtoras e outras formas de comércio e, em consequência, concentravam parcela significativa da produção de café. A estratégia parece ser a de “territorializar” a etapa seguinte deste circuito, qual seja, o beneficiamento, a classificação, e principalmente, o comércio de exportação para o exterior. Daí a necessidade de construção e modernização do porto de Vitória, visando a “interiorização da capital” (Quintão, 2008). Outra questão crucial neste sentido era a tentativa de garantir aos capitalistas locais a preponderância de seus interesses sobre o avanço da fronteira agrícola ao norte, principalmente em Colatina. Vejamos o gráfico abaixo:

Gráfico 02 – Tentativas de territorializar o complexo cafeeiro capixaba



Fonte: elaboração própria

A tentativa de territorializar o complexo cafeeiro capixaba passava necessariamente pelos quatro pontos acima expostos. A construção da EFVM em fins do século XIX buscava estabelecer comunicações mais efetivas entre o norte de Minas Gerais, o norte do Espírito Santo e o Atlântico, uma vez que se tratava de região parcamente povoada e carente de qualquer sentido econômico. Na medida em que a estrada de ferro foi se desenvolvendo, os aglomerados urbanos foram surgindo e se

tornando cada vez mais densos¹⁹ (Colatina, Linhares, São Matheus). Após os fracassos da Cia. de Estrada de Ferro Bahia e Minas, o traçado fora radicalmente modificado, sendo substituído pelo trecho de Peçanha (MG) a Vitória (ES), passando por Governador Valadares, margeando, quando possível, o vale do Rio Doce. De Peçanha, o plano era que a ferrovia seguisse para Araxá (MG), onde se aproximaria de importante zona no comércio de abastecimento e do complexo cafeeiro paulista, que, pela Cia. Mogiana se estendia até Araguari, dominando o Triângulo Mineiro; porém, isso nunca fora concretizado, e os trilhos seguiram outro caminho, atingindo Itabira em 1910. (Rosa, 1985:20). Inicialmente, a ferrovia tinha como principal fonte de receita o transporte de café e de madeiras, sendo o café preponderante nas receitas da companhia até 1940 (Rosa, 1985:128), entretanto, com a decadência desta atividade e o desenvolvimento do Vale do Aço, a companhia, encampada pela CVRD em 1942, especializou-se no transporte de minérios.

Na verdade, os planos da Vitória Minas sempre foram ambiciosos; a companhia almejava fazer toda a ligação do Rio de Janeiro com o nordeste do país, ligando-se à Central do Brasil em Sabará (MG) e com a Estrada de Ferro da Bahia no ramal de Theófilo Otoni (MG), de modo que, nestes termos, a Vitória-Minas amarraria todo o transporte de Vitória a Araxá e do Rio de Janeiro até a Bahia, passando pelo Vale do Aço. Porém, de fato, os trilhos chegaram até a região de Belo Horizonte, ligando as duas capitais. Cabe salientar a centralidade do poder público neste processo, pois, apesar de se tratar de uma iniciativa privada, a EFVM sempre contou com garantias de juros de 6% sobre o capital investido, extinguindo o risco e atraindo os investimentos.

Em verdade, foi a estrada de ferro que ligou o norte de Espírito Santo e o leste mineiro à economia nacional, desbravando-se fronteiras até então inexploradas e viabilizando a ocupação do solo que viria a ocorrer de forma mais acelerada com a chegada de imigrantes de segunda e terceira geração advindos do sul do Espírito Santo e em menor medida da zona da mata e do extremo leste mineiro. Em função do esgotamento dos solos e do crescimento demográfico o território da cafeicultura ia se expandindo e, nestes termos, as fronteiras do café avançaram sobre o norte do estado na década de 1920 - a primeira corrente migratória genuinamente capixaba - que reproduziu o padrão que a precedera, generalizando a pequena propriedade em todo o Espírito Santo. À época, o café respondia por mais de 95% das exportações efetivadas pelo porto de Vitória. Esta corrente migratória, correspondente ao avanço da fronteira agrícola da cafeicultura ao norte, mostrar-se-ia dinâmica até a década de 1940, sendo deste o início, organizada pela elite residente na capital capixaba via clara política de povoamento da região com vistas à garantia da territorialidade.

Outro ponto significativo para a conquista do “espaço econômico” capixaba era a “interiorização da capital” (Quintão, 2008), que se traduziria num deslocamento do eixo dinâmico ao sul do Rio de Janeiro para Vitória. Do ponto de vista tributário fazia-se fundamental a transferência da

¹⁹ Fenômeno semelhante ocorreu na região Noroeste do estado de São Paulo. Na medida em que os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil avançavam, os núcleos urbanos iam se desenvolvendo. Exemplos disso são as cidades de Bauru, Araçatuba, Birigüí, Penápolis, Lins, etc. (Ghiraldello, 2002).

exportação de toda a produção cafeeira da região sul para Vitória, já que os impostos de saída pertenciam basicamente às províncias/estados. Nestes termos, dada a centralização exercida pelos fluminenses, o estado de penúria dos cofres públicos capixabas era notório. Visando transformar esta situação, Silva Pontes e principalmente Moniz Freire, políticos capixabas, defenderam e programaram no limiar do século XIX e na primeira década do século XX projetos de infraestrutura que objetivavam trazer as receitas tributárias da exportação ao Espírito Santo. Um destes projetos, já vimos, era a EFVM, a noroeste, o outro, ao sul vislumbrava a construção de uma estrada de ferro de Vitória até Cachoeiro de Itapemirim e de lá para Minas Gerais.

Assim, a zona centro-sul capixaba seria cortada por um único ramal, sendo proibida a construção nessa mesma área de qualquer outro ramal que se dirigisse ao litoral. O objetivo claro era o esvaziamento do porto de Itapemirim (escala do comércio fluminense) e a valorização do porto de Vitória, concentrando lá todas as atividades e todas as sacas da maior zona cafeeira do estado. Tratava-se de um programa de concentração urbano-industrial na capital em detrimento do interior, de modo que Vitória pudesse se colocar como praça internacional. Fez, neste momento, uma clara opção por um projeto centralizador e concentrador de recursos como estratégia de ruptura com a dependência ao Rio de Janeiro.

Para tanto, o governo capixaba fundou em 1893 a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, cujo objetivo era estancar a influência fluminense e desbancar a dominância da Leopoldina Railway na região. Apesar destas iniciativas, os objetivos foram apenas parcialmente cumpridos: a grave crise do setor cafeeiro levou o estado a vender a ferrovia em 1912 justamente à sua maior concorrente, que, deste modo, continuou transportando as sacas de café para o Rio de Janeiro, pois o traçado sinuoso e inóspito impossibilitou a Leopoldina de oferecer fretes mais baratos no trecho que a ligava a Vitória.

Tal situação só foi revertida no final dos anos vinte, quando, provavelmente em função da derrocada da produtividade das lavouras fluminenses, os custos de transporte na Leopoldina se ampliaram e a utilização da seção que correspondia à antiga Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo tornou-se mais atrativa. Neste momento, o porto de Vitória exportou a quase totalidade da produção capixaba, consolidando-se como principal desaguadouro da cafeicultura do estado e das franjas mineiras. Verifica-se também, no mesmo período, um salto quantitativo na malha ferroviária do estado, chegando-se a 500 km de trilhos instalados, incluindo-se aí, além do término do ramal sul, as ligações com o território mineiro, tanto pelo ramal de Alegre a Espera Feliz, quanto pela EFVM, bem como por pequenas ferrovias, caso da E.F. Itapemirim e E.F. Rio Doce - São Mateus (Quintão, 2008:132).

O coroamento desta estratégia de territorialização da produção capixaba ocorre com a modernização do Porto de Vitória e com a expansão do espaço urbano. Como destaca Siqueira (1984), o movimento comercial do porto de Vitória e seu desenvolvimento intensificaram-se na proporção em que ocorria seu aparelhamento e a construção da infraestrutura viária do estado (Siqueira, 1984:127),

de modo que se verificava uma concentração abrupta de bens e serviços na capital. Como assinala Buffon, “não resta dúvidas de que o binômio ‘ferrovia-porto’ foi o grande responsável pela transformação de Vitória numa cidade capaz de monopolizar determinadas funções urbanas requeridas pelo desenvolvimento da cafeicultura em todo o Espírito Santo, tornando-se assim uma cidade de âmbito estadual com certa importância no contexto das exportações de café efetivadas pelo Brasil” (Buffon, 1992:287). Antes disso, tratava-se de uma cidade meramente administrativa, com influência comercial apenas sobre a área central do estado.

Assim, voltando ao gráfico dois (02), observa-se que a estratégia capixaba para garantir a territorialidade da cafeicultura traduziu-se num esforço árduo de concentração e centralização das atividades comerciais ligadas à cafeicultura na capital do estado como forma de rivalizar e desbancar a histórica presença da elite fluminense, que drenava para si substancial parcela dos excedentes produzidos no Espírito Santo. A estratégia tinha como objetivo também estabelecer influência direta sobre a produção cafeeira do leste de Minas Gerais, como também capitanear o avanço da fronteira agrícola da cafeicultura ao norte.

5 - Considerações Finais

A noção de territorialidade aqui apresentada revela o intento da elite capixaba em dominar as diferentes regiões do estado a partir de: a) tentativa de desbancar a elite fluminense; b) controlar o avanço da fronteira agrícola sobre os desertos demográficos ao norte; c) centralizar a distribuição de bens, serviços e créditos no estado a partir de Vitória e d) estabelecer conexão direta da capital capixaba com o comércio internacional, viabilizando a construção de um dos principais portos cafeeiros do mundo. A noção de territorialidade envolve também o estabelecimento de nexos políticos, de monopólio da violência e de tributação em regiões até então “desterritorializadas”, ou seja, não tocadas pela acumulação capitalista. Nestes termos, a trajetória do desenvolvimento da cafeicultura no estado, ocorre simultaneamente a uma estratégia de constituição de uma formação econômica que dê vazão aos interesses de uma elite marginal no cenário nacional, que opera uma instrumentalização do estado com vista à realização de seus desígnios.

Como vimos, as primeiras fazendas de café no estado surgem sob o regime escravista de produção, numa realidade até então marcada pela escassez de recursos, o que significa que a aquisição de cativos foi viabilizada pelos capitais da principal praça mercantil do Atlântico Sul – o Rio de Janeiro. De resto, com o escravo vinha o crédito, e com o ele os nexos de dependência se costuravam, o que equivale a dizer que boa parte da riqueza auferida pela cafeicultura capixaba encontrava destino nas Casas Comerciais e nos Comissários da capital fluminense. Não bastasse isso, dada a falta de infraestrutura, parcela substancial da produção de café era transportada (por ferrovia fluminense/internacional – a Leopoldina) para o Porto do Rio de Janeiro, o que significa que os fretes,

o custo de estocagem e armazenamento e, o principal, os ganhos cambiais, ficavam com aqueles que operacionalizavam o circuito.

Por volta dos anos trinta, os esforços capixabas que visavam garantir a territorialidade de seu complexo cafeeiro agroexportador atingiram a maturidade. Neste momento, a acumulação capitalista no Brasil sofrera uma drástica mudança de perfil, ligando-se muito mais à industrialização voltada ao mercado interno. Inaugura-se, então, uma nova dependência, agora operada a partir da industrialização, e não da comercialização de café.

6 - Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos vivos*. Formação do Brasil no atlântico sul. São Paulo: Cia das letras, 2000.
- ALAMADA, Vilma P.F. *A escravidão na história econômico-social do Espírito Santo 1850-1888*. Niterói: UFF, 1981. Dissertação de mestrado.
- ALMADA, Vilma P.F. *Escravidão e transição: O Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *A formação Econômica do Espírito Santo* (o roteiro da industrialização). Vitória: Editora Cátedra, 1987.
- BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *Café e modernização*. O Espírito Santo no século XIX. Vitória: Editora Cátedra, 1987.
- BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *Esforço industrial na República do café: o caso do Espírito Santo 1889-1930*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1982.
- BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. O café na formação da infra-estrutura capixaba (1870-1889). In: Instituto Brasileiro do Café. *O café no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Indústria e do Comércio, 1978.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. Séculos XV-XVIII. Vol III. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BUFON, José Antônio. *O café e a urbanização no Espírito Santo*. Aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. Campinas: IE/UNICAMP, 1992. Dissertação de Mestrado.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *A construção da cidade*. Formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Florecultura, 2002.
- CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura canavieira. In: B UARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História Geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). *Estudos Econômicos*, São Paulo: USP/IPE, vol. 15, n.2, p. 291-306, 1985.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: IE/Unicamp, 1998.
- CELIN, José Lázaro. *Migração européia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo*. Porto Alegre: UFRGS, 1984. Dissertação de mestrado.
- COSTA, Luciana Osório. *A colônia do Rio Novo – 1854-1880*. São Paulo: USP, 1981. Dissertação de Mestrado.
- DELFIN NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Editora da FGV, 1979.
- FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do café: fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937)*. Bauru: Edusc/Fapesp, 2010.

- FALEIROS, Rogério Naques. *Homens do café*: Franca 1880-1920. Ribeirão Preto: Holos, Editora: FAPESP, 2008.
- FERREIRA, Sinésio Pires. *Espírito Santo*: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional - 1840-1960. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João Luís & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura*. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FURTADO, Celso Monteiro. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2002
- GHIRALDELLO, Nilson. *À beira da linha*: formações urbanas da Noroeste paulista. São Paulo: Unesp, 2002.
- MARCONDES, Renato Leite. *Diverso e Desigual*: O Brasil escravista na década de 1870. São Paulo: Funpec Editora, 2009.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
- PIÑERO, Théo Lobarinhas. *Pátria e comércio*. Negociantes portugueses no período joanino. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- QUINTÃO, Leandro do Carmo. *A interiorização da capital pela estrada de ferro sul do Espírito Santo*. Vitória: UFES, 2008. Dissertação de Mestrado.
- ROCHA, Haroldo Correa & COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo 1850-1930*. Vitória: 1983.
- ROCHA, Haroldo Correa & MORANDI, Ângela Maria. *Cafeicultura e grande indústria*. A transição no Espírito Santo 1955-1985. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.
- ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. *Uma ferrovia em questão*: a Vitória a Minas 1890-1940. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1985.
- SILVA, Lígia Maria Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *O desenvolvimento do porto de Vitória 1870-1940*. Vitória: Codesa/UFES, 1984.
- TANNURI, Luiz Antônio. *O Encilhamento*. São Paulo: Hucitec-Funcamp, 1981.
- TOSI, Pedro Geraldo & FALEIROS, Rogério Naques. Domínios do café: Ferrovias, exportação e mercado interno em São Paulo (1888-1917). In: GOULARTI FILHO, Alcides & QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo (org.) *Transportes e formação regional*. Contribuições à história dos transportes no Brasil. Dourados/MS: Editora da UFGD, 2011. (no prelo).
- TOSI, Pedro Geraldo, FALEIROS, Rogério Naques, TEODORO, Rodrigo da Silva. Crédito e pequena cafeicultura no Oeste Paulista. Franca: 1890-1914. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 61, p. 01-22, 2007.
- WIRTH, John. *O fiel da Balança*. Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982